

Notas para uma História da Ciência da Psicologia Política

Notes for a History of the Science of Political Psychology

ALESSANDRO SOARES DA SILVA

Universidade de São Paulo | USP

RESUMO Este artigo apresenta as linhas gerais e os primeiros resultados de um programa de investigação “arqueológico” a respeito da gênese da *psicologia política* no século XIX. Apesar de somente começar a ser reconhecida como campo disciplinar na década de 1960, demonstramos como a psicologia política já representa uma corrente importante, posteriormente invisibilizada, dos grandes debates que conformam as ciências sociais em meio às convulsões que agitam o século anterior. O trabalho ainda sugere que a psicologia política seja compreendida mais como um *campo interdisciplinar dinâmico* do que como uma disciplina tradicional.

Palavras-chave psicologia política – ciências sociais – século XIX.

ABSTRACT *This paper presents the general lines and the first results of an “archeological” research program about the genesis of political psychology in the nineteenth century. Although it only began to be recognized as a disciplinary field in the 1960s, we demonstrate how political psychology was an important contender, later to be invisibilized, in the great debates leading to the shaping of the social sciences amid the convulsions that agitated the previous century. The article also suggests that political psychology should be considered more of a dynamic interdisciplinary field than a discipline in the traditional sense.*

Keywords *political psychology – social sciences – nineteenth century.*

Introdução

Para que possamos pensar de modo claro os elementos que ordenam a produção de conhecimento e o nascimento de um campo de saber é mister que entendamos as dinâmicas históricas, as conjunturas, contextos e situações que permitem o surgimento de atores individuais e coletivos, ambos políticos, capazes de intervir e direcionar processos. *A longue durée*, em palavras de Labrousse. Sem o conhecimento maduro e crítico da história, poderíamos terminar prisioneiros de mitos cientificistas. Ainda assim, mesmo conhecendo de maneira crítica à história, podemos continuar prisioneiros mediante uma ilusão de liberdade.

Nesse capítulo, pretendemos retomar alguns aspectos da historiografia do século XIX e XX que nos ajudem a perceber os fios da história movidos mediante interesses e origens sociais que conduzem e/ou orientam certos acontecimentos que nos permitem pensar o presente e projetar o futuro. O faremos de modo didático, mas sem nunca perder de vista o fato de que todos eles estão postos em uma teia complexa e que não podem ser pinçados de modo isolado, sob pena de estarmos deturpando a realidade. O que traremos aqui é um ponto de vista, o nosso. O faremos

sem nenhuma pretensão de arautos da verdade, mas com toda a intencionalidade que têm quem percebe a realidade de outro lugar e o quer reconhecido com legítimo. Alertamos aos leitores e as leitoras deste ensaio que não encontrarão aqui um tratado historiográfico, mas um trabalho que procura oferecer-lhes uma leitura interdisciplinar dos temas aqui tratados e que tem na história um dos apoios para a produção desse olhar.

Percebemos a história a ciência como resultante de acontecimentos cotidianos que marcam a vida de sujeitos e povos, como resultado de rupturas que alteram a tessitura social e não apenas como um fruto das mudanças das ideias puras. As ideias são frutos de seu tempo, elas mudam o seu tempo e os tempos futuros, mas também mudam com eles. Pensar o nascimento de uma disciplina científica, como prefere chamar uma maioria, ou de um campo de conhecimento, como preferem uns poucos, como nós, passa, invariavelmente, pela tarefa de deslindar supostas fronteiras e possibilidades de atuação teórico-práticas. O eminente psicólogo político galego José Manuel Sabucedo Cameselle nos recorda que

La referencia a cual ha sido el devenir de una determinada disciplina científica es una tarea prácticamente obligada en cualquier campo de saber. La historia nos permite conocer los orígenes de la disciplina, las claves de su estado actual e incrementar las posibilidades de saber a dónde se dirige¹.

Com esse espírito iniciamos o presente texto comprometidos em compreender os caminhos que possibilitaram a emergência da Psicologia Política, bem como os papéis que ela desempenhou no jogo da constituição das ciências sociais nascentes. Temos claro que para esse labor não basta a retomada de textos clássicos de supostos pais da disciplina. Aqui é preciso entender as conjunturas, contextos e situações que lhes permitiram trilhar suas trajetórias e lhe impulsionaram a escrever as páginas de seus manuscritos.

Revoluções: uma marca do século XIX

As inúmeras mudanças que se operaram no século XIX decorrem das transformações iniciadas no século XV durante o Renascimento e que alteram as concepções de homem, mundo e ciência. O período renascentista implicou num novo modo de entender o mundo e o lugar do homem neste mundo, sendo que tais mudanças se aprofundam imenso durante a ilustração. Mas é no Renascimento que o direito hereditário se vê em xeque frente à emergência de novas camadas, estratos, sociais surgidos das mudanças ocorridas nas estruturas e formas de organização da sociedade. Já não garante a estabilidade do e no poder hierarquizado à aristocracia a sua origem e nascimento, fontes de concessão de seu direito hereditário, fonte de privilégios. Essas novas camadas sociais geram uma componente revoltosa, eminentemente revolucionária. Destarte, é o Renascimento um momento conjuntural que põem em evidência a falência dos princípios, dos pressupostos teológicos, teocráticos, do feudalismo que não admitia a figura, a ideia, de um homem livre como o que concebe inicialmente a renascença. A partir da ideia de homem livre e do indivíduo se inicia o processo de subversão da ordem feudal, se promove a disputa pelo poder concentrado nas mãos da aristocracia, bem como o peso do pensamento dogmático-religioso.

Entretanto, é na ilustração que essas ideias ganham força e que o embrião contestador nascido na renascença ganha força mediante um verdadeiro ciclo de conflitos sociais, verdadeiras convulsões sociais, as quais terminam por propiciar o desenvolvimento do pensamento humano. E isso se reflete na história social e das ideias de modo impressionante no instante em que a crença em um determinismo divino ordenador da vida humana dá lugar, paulatinamente, à crença da *ratio* humana. A certeza de que o intelecto humano é o motor do progresso modernizador é, em muitos aspectos, uma das fontes de conflito social, de tensionamento e de resistência social, tanto a esquerda quanto a direita do espectro político. É nesse marco de mudanças que

Los ciudadanos se van a liberar, a veces de forma violenta y traumática, de las ataduras y condicionantes que suponía el ambiente oscurantista de etapas anteriores. La apelación a lo mágico-mítico y a la divinidad para explicar y justificar tanto las situaciones de opresión y de desigualdad social como los orígenes del poder y la autoridad, dejan paso a un análisis racional de estas cuestiones. La realidad social ya no es inmodificable, sino que puede transformarse y mejorarse².

As diversas revoluções e transformações vividas nos séculos XVIII e XIX possibilitaram o fim da economia feudal e a emergência da economia capitalista. Essa ruptura no *continuum* tão visível no âmbito econômico não se restringiu ao campo industrial. Ela aconteceu também nos campos religioso, científico, sociocultural, político, etc., sendo particularmente significativa na esfera do político exatamente pela emergência de um ciclo revolucionário que despontou após a Revolução Francesa de 1789. A revolução burguesa difundiu-se e a burguesia pôde ver seu poder político consolidar-se no ocidente graças às revoluções ocorridas em especial entre os anos de 1815 e 1847 e em cujos eventos a França ocupou lugar relevante.

O fim desse período revolucionário mais intenso em meados do século XIX, permitiu a expansão do capitalismo e a consolidação da ruptura entre o passado e um futuro que se presentificava e se fazia notar nos efeitos das revoluções política e industrial vividos naquele período. Cidade e campo mudam juntamente com crenças e fazeres cotidianos, as rupturas com as velhas instituições, cortam velhas raízes e modificando velhos hábitos e modos de pensar ao mesmo tempo em que o novo emerge sob a forma de novas técnicas e novos saberes que desejam obter seu reconhecimento enquanto ciência³. Contudo, dessas mudanças emergem resistências de lado a lado. Resistem aos ventos modernizantes as elites e aristocracias econômicas e intelectuais, e, mesmo quando as mudanças já se impuseram, resistem aqueles que já não mais se veem contemplados nas formas explicativas que sustentam as lógicas de exploração-dominância que ordenam a vida cotidiana. Parece-nos, portanto, que as profundas transformações econômicas vividas na ruptura com a ordem feudal e, depois, nas distintas fases do capitalismo, geraram novas formações sociais em substituição da estrutura social do mundo feudal e de elementos estruturantes do *modus vivendi* capitalista em cada tempo.

Nesse processo de transformações de ordem econômica e política começado no final da Idade Média, emergiu e consolidou-se a burguesia, que, no dizer de Engels, era

a classe dos grandes capitalistas que, em todos os países desenvolvidos, detém, quase que exclusivamente, a propriedade de todos os meios de consumo e das matérias primas e maquinárias necessárias à sua produção⁴.

Todavia, não há produção sem quem a produza, matemática elementar que faz-nos entender porque é a consolidação da burguesia na segunda metade do século XIX que permite a consolidação e expansão do operariado. A irrupção desta classe, com o surgimento das primeiras ideologias e organizações operárias, vem acompanhada de uma série de manifestações e ações políticas específicas do período⁵, as quais alteram a forma e o conteúdo das atividades de massa.

Nesse sentido, o desenvolvimento urbano e a modernização da produção rural experimentados nesse período, propiciaram a formação de um grande segmento social de miseráveis e marginalizados denominados na obra de Marx e Engels como *Lumpemproletariat* ou das *Classes Perigosas* como são denominados em outros textos da época. Esse *Lumpemproletariat* atua na trama social como exército de reserva de mão de obra, e modo a servirem, de certo modo, tanto como moeda de troca quanto como instrumento de pressão em negociações com o operariado. Essas classes perigosas eram associadas correntemente ao crime e a violência como retratam obras clássicas como *Os Miseráveis* de Victor Hugo e *Oliver Twist* de Charles Dickens. Em certa medida as denúncias sistemáticas às desigualdades produzidas pelo capitalismo vinham de teóricos sociais, mas também de romancistas como Charles Dickens e Victor Hugo. A ficção engajada que produzem contra a desigualdade social gerada pelo capitalismo tinha como objeto a vida de gente miserável, marginalizada, inclusive crianças⁶. Paradoxalmente, suas obras podiam destacar a face de classes perigosas dependendo do olhar com o qual se lê suas obras.

Louis Chevalier⁷, em seu célebre estudo sobre classes perigosas em Paris na primeira metade do século XIX, aponta que os *Lumpemproletariat*, devido a sua presença marcante como ameaça a ordem burguesa, ocupavam posição destacada em vários estudos, e comenta trechos de documentos governamentais, de obras como as de Saint-Simon e de Fourier, além de romancistas como Balzac e Victor Hugo. Chevalier o faz para demonstrar o quanto as classes perigosas eram produto da modernização capitalista, sendo estes um argumento ímpar para denunciar a injustiça do sistema como firam Balzac, Dickens, Hugo e outros. Mas, por outro lado, havia estudiosos, do governo ou não, preocupados em reprimir, enquadrar e conter essas classes perigosas, esses indivíduos desordeiros, sendo a origem e o desenvolvimento da estatística francesa os estudos dessas classes perigosas.

As massas, multidões, são sinônimo de violência e de subversão da ordem, o que produz uma percepção negativa em relação a esses fenômenos. Mesmo sendo Victor Hugo, um republicano convicto, escreve em 1871 numa carta dirigida aos editores da revista *Rappel* o seguinte:

Como os senhores, eu sou pela Comuna em principio e contra a comuna na aplicação. (...) O direito de Paris de se declarar Comuna é incontestável. Mas ao lado do direito há a oportunidade. (...) Desde o 18 de Março, Paris é dirigida por desconhecidos, o que não é bom, e por ignorantes, o que é pior. A parte alguns chefes que seguem a multidão mais do que guiam o povo, a Comuna é a ignorância.

Na visão de Marx e Engels, essas classes perigosas eram fruto da acumulação do capital. *Lumpem* designava o setor social originado especificamente pela decadência do sistema de produção feudal e pelo acelerado desenvolvimento urbano que acompanhou a revolução industrial. Para eles, "a lei geral, absoluta, de acumulação do Capital"⁸ é a que gera esta massa social marginalizada. Essa nova configuração social gera novas formas e padrões de relação social intra e interclasses como apontou Barington Moore Jr⁹. A mobilidade social instala-se como maior possibilidade e não depende mais de ingressos na vida militar ou eclesiástica e as possibilidades de realização humanas não se encontram mais limitadas às possibilidades adstrictas ao grupo social no qual se nasce e que estavam rigidamente regulados.

111

Mas a nova racionalidade inaugurada com o fim do feudalismo e definitivamente instalada no século XIX leva a um empobrecimento da vida no campo e produz uma expansão desregulada do meio urbano, visto que o capitalismo no campo produziu a redução da oferta de trabalho e gerou um excedente de mão de obra sem precedentes. A nova mentalidade que se desprende da lógica capitalista faz com que a produção familiar perca sua relevância e quase fique sem um lugar nesse novo mundo, pois ela não tem condições objetivas de competir com a nova racionalidade do campo¹⁰

O êxodo rural se instala como possibilidade de sobrevivência e a cidade torna-se um centro de oportunidade para aquelas parcelas que logram proletarizar-se e ingressar nessa nova ordem social. Entretanto, ocorre que um contingente significativo torna-se subproletários, pois nem despreendem-se da lógica campesina e nem se tornam parte dessa nova sociedade urbana de maneira plena. Sennet afirma que

No século XIX, no leste, no sul e no sudeste da Europa, ocorrem agudos deslocamentos rurais. Em parte, um problema da fome; em parte uma nova forma de posse de propriedades rurais e de capitalização da agricultura, essa convulsão expulsou multidões de camponeses e de aldeões para fora de seus lares tradicionais, deslocando-os quer para cidades da Europa, quer para localidades desconhecidas nas províncias, quer para os Estados Unidos, Argentina ou Brasil. Essas pessoas deslocadas também deveriam experimentar encontro com estranhos, rotineiramente, como parte do trauma maior de seu desarraigamento¹¹.

Isso faz com que esses setores sociais vivam deslocados, a margem, e transformem-se em uma parte da população urbana que cresce em ritmo acelerado e de difícil assimilação pela produção industrial. Essa massa empobrecida e sem oportunidades reais de competir acaba por configurar-se em uma parte da sociedade bastante frágil e que, por viver abaixo dos níveis de subsistência, tomará parte em diversos processos de sublevação social ordenada mediante práticas de ação coletiva e mesmo em movimentos sociais propriamente ditos.

Essa situação de disparidade social que se instala configura um dos elementos de tensão e que permanentemente põs em xeque a compreensão liberal de que há uma condição real de liberdade para que cada um possa construir sua própria riqueza por meio da competição e do mérito, superando as condicionantes impostas por experiências passadas. Estabelece-se, como apontou Merton¹², um conflito permanente entre a noção de uma sociedade que deve gerar o bem-estar a todos os seus membros, mas que efetivamente não gera as condições objetivas para que todos estejam aptos a alcançá-los, visto que o capitalismo gera uma massa de pessoas que não se proletarizaram, portanto, não se tornaram aptos a ingressar nessa nova ordem social e podem representar um perigo em sua condição de lumpemproletariado, mesmo que também atuem como um exército de mão de obra barata e disponível a servir ao sistema.

Vale lembrar que essa não era a posição de Karl Marx (1818-1883), pois para ele a massa de *Lumpemproletariat* era realmente o lixo de todas as classes e, portanto, constituíam a matéria prima usada como base de apoio de movimentos reacionários, conservadores, a serviço das elites dominantes e não constituíam a base social para movimentos revolucionários comprometidos com a mudança da lógica social reinante. Mas diferentemente do que pensava Marx em seu tempo, verificou-se que é em meio a essa massa que o operariado se constrói e é a partir dela que muitos processos de mudanças sociais têm início, pois com ela encontram-se muitos dos elementos que põem em marcha tais processos de mudança social. A esse respeito, ao tratar da *Psicologia das Classes Sociais*, Henri Lefebvre escreveu:

Por contraste, podemos supor que o indivíduo proletário ignora a casuística e a sofística dos “enquanto...”. Podemos prever que ele não atribui suas qualidades e atividades a um “eu” inacessível, incomunicável, transcendente. Ele está no que faz, gestos, atos, produção e produtos. Ele tende a escapar do que chamamos de análise efetiva, teórica e prática, operada pela época burguesa sobre os elementos da realidade humana. O proletário detém uma unidade, possivelmente menos diferenciada do que a personalidade burguesa, mais real, mesmo se sua vida é efetivamente separada pelas circunstâncias externas (vida de trabalho na empresa, vida familiar, atividades de lazer). Isto não significa que ele se atribua conscientemente os traços de sua classe e que ele possa se expor claramente (...). Essa consciência de classe, provavelmente, nunca existiu. Assim posta, a questão só tem sentido em casos-limite e, precisamente, para aqueles que superam a situação do proletário, porque tomaram consciência: os militantes sindicais ou políticos. Quanto ao indivíduo caído no “lumpemproletariado”, acontece de exagerar até à caricatura os traços proletários, ou assim considerados, pois ele se sente desclassificado e se esforça por encontrar uma consistência e um vínculo¹³.

112

Durante o século XIX surgem alguns elementos teóricos que apontam para a emergência de novas formas de se compreender o político e os sujeitos dessa época. Essas formas são, em parte, orientadas pelas transformações econômicas e sociais do período e refletem as novas posturas ideológicas desse tempo. Um fervilhar de idéias, nomeadamente o liberalismo¹⁴, posto em marcha já no período precedente postulavam a ruptura com o passado feudal e sustentavam ideologicamente as mudanças que se processavam, mas que também encontraram oposição nos movimentos utopistas¹⁵ que postulavam idéias revolucionárias para a construção de uma sociedade na qual os caminhos do progresso não excluam, não marginalizavam imensos setores sociais.

As grandes transformações econômicas e políticas da primeira metade do século XIX produziram um acúmulo de riquezas e de avanços tecnológicos que pareciam garantir melhores condições de vida na Europa Ocidental, mas que, na verdade, geraram grande sofrimento a uma parcela considerável de operários, camponeses, de marginalizados das grandes cidades e mesmo a pequenos comerciantes. Desde a origem desses movimentos que se contrapunham ao liberalismo – das guerras napoleônicas às revoluções de 1848 – e aos rumos do capitalismo, observa-se o desenvolvimento de idéias e teorias que guiaram a organização do operariado, sendo o *Socialismo Utopico*¹⁶ o primeiro conjunto de idéias que se originou em oposição ao utilitarismo político e econômico do liberalismo.

A vertente do pensamento liberal conhecida como *liberalismo econômico* propõe a liberdade do indivíduo como um produto fruto da liberdade do mercado, o que valeria tanto no que concerne ao lucro individual quanto a propriedade privada, as quais deveriam ser os valores regulatórios toda atividade econômica e não o Estado como agente regulador.

Curiosamente, os adeptos desta *filosofia do progresso* nunca estiveram contra as formas de intervenção do Estado que mais bem funcionam como favores privados oferecidos pelo poder público¹⁷.

Se, por um lado, o pensamento liberal impõe-se como a filosofia do progresso, por outro, o Materialismo histórico apresenta-se como o espaço de resistência ao pensamento liberal. Nesse sentido, Marx emerge como figura e com sua obra *O Capital* (1867) mostra que o Movimento Operário faz parte das leis do movimento do capital, sendo a relação entre capital e trabalho uma verdadeira simbiose. Para Marx,

a medida que diminui o número dos magnatas capitalistas que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumentam a miséria, a opressão a escravização, a degradação, a exploração; mas, cresce também a revolta da classe trabalhadora, cada vez mais numerosa, disciplinada, unida e organizada pelo mecanismo do próprio processo de produção capitalista. O monopólio do capital passa a entrar o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho alcançam um ponto em que se tornam incompatíveis com o envoltório capitalista. O invólucro rompe-se. Soa a hora final da propriedade particular capitalista. Os expropriadores são expropriados¹⁸.

Como se pode notar, Marx deixa claro que o processo de opressão propicia também as condições para que se desenvolvam, no seio do movimento operário, as concepções necessárias para o advento de mudanças sociais revolucionárias capazes de transformar a realidade social e liberar o operariado da opressão. Isso se deve porque na medida em que o Capital cria condições para a consolidação e organização da classe trabalhadora, cria igualmente condições para a formação de pressupostos epistêmicos ordenadores e orientadores da organização da classe trabalhadora. O ponto de partida, em certa medida, é a decepção de certos setores sociais com a revolução burguesa a análise de utopias particulares revela, na maioria dos casos, interesses e aspirações de algum setor social. O novo elemento introduzido por Marx e Engels e que os distingue de outros pensadores anteriores e/ou contemporâneos foi o reconhecimento do proletariado como a única classe social com potencial real de mudar a ordem social existente, não por algum espontaneísmo das massas exploradas contra os seus opressores, pois esses autores viam nas massas *forças cegas e destrutivas*.

Marx e Engels tinham claro que apesar de as massas constituírem a base social dos movimentos operários na sociedade capitalista novecentista, elas não eram capazes de espontaneamente realizar uma ação revolucionária ou minimamente capaz de promover mudanças radicais na sociedade. Para tanto, seria necessário um agente ou força externa capaz de conter as divergências e pressões no interior da massa, garantindo estabilidade e as condições de que ela adquira a consciência de si enquanto sujeito da mudança. Portanto, a força externa não pode ser uma idéia ou uma filosofia radical como propunham Feuerbach e Bauer. Um *insight racional* não teria em si esse poder ordenador e mobilizador da massa rumo à mudança.

Para Marx, essa força seria a *práxis* como instrumento capaz por em marcha o processo de conscientização das massas de seu potencial como força *para si*. Pelo fato de compartilharem as mesmas condições de vida, todos os indivíduos membros do proletariado possuem a mesma situação de classe *em si*. Assim, ações coletivas desenvolvidas pelo operariado dependeriam do nível de consciência que a massa teria de sua força *para si*. Karl Marx elabora uma narrativa meta-histórica que deu ênfase aos interesses econômicos e materiais e deixando a reflexão moral e a solidariedade como questões secundárias. Em seus *Manuscritos econômicos e filosóficos* [1844], Marx destaca que a propriedade privada só poderia ser abolida se a alienação fosse eliminado primeiro, pois, para ele, "a superação da propriedade privada significa, portanto, a completa emancipação de todos os atributos e sentidos humanos [...] tanto de um ponto de vista subjetivo quanto objetivo."¹⁹ Mas isso implica em que percebamos uma mudança de postura em Marx e em sua obra, pois essa postura mais materialista nasce, de certo modo, de um divórcio do autor com a subjetividade. Ao elaborar uma narrativa que poderíamos chamar de meta-histórica, o autor destaca os interesses econômicos e materiais e detrimento de uma reflexão moral ou mesmo acerca da solidariedade, e, por conseguinte, passa a não mais valorar ou ao menos a ignorar a subjetividade dos movimentos sociais. Entretanto, Marx, antes de criar a figura do líder revolucionário cujas ações são ditadas pela lógica da sociedade industrial, concordava com o pensamento dos

juvenes hegelianos para quem “os atores revolucionários teriam de passar por uma transformação emocional, moral e estética antes que outras mudanças estruturais e objetivas pudessem ocorrer.”²⁰

A partir de meados do século XIX as idéias de Marx e Engels começaram a influenciar fortemente as ações coletivas que se desenvolviam na França a ponto de os acontecimentos de 1844 serem chamados de *Comuna de Paris*²¹. A Comuna tanto mostrou a atualidade da revolução quanto mostrou que esta não precisa nascer no centro do capitalismo, como apontou Marx: “A luta da classe operária contra a classe capitalista entrou em uma nova fase com o combate de Paris. Qualquer que seja o curso imediato que sigam as coisas conquistou-se um novo ponto de partida de uma importância histórica universal”²². Para Marx, a Comuna de Paris abriu um novo tempo revolucionário, e de fato ela o fez, pois ela inaugurou um tempo revolucionário que colocou a classe operária como sujeito da história e desbordou as fronteiras européias, tanto quanto o capital.

A rigor, os *communards* exigiam a implantação de uma democracia direta e participativa, pois entendiam que o Estado burguês impedia a consolidação de um processo revolucionário, bem como que as instituições burguesas garantiam apenas a perpetuação da riqueza e dos privilégios das classes dominantes. É importante ressaltarmos que a divisão entre ricos e pobres não constituía uma novidade surgida da emergência do capitalismo. Durante o período da eclosão da comuna as condições de saúde e moradia, por exemplo, estavam abaixo da linha da pobreza eram verdadeiramente miseráveis. A quantidade de famintos era imensa. Gaskell escrevia em 1836 que

*Mais de um milhão de seres humanos estão realmente morrendo de fome, e esse número aumenta constantemente. (...) É uma nova era na história que um comércio ativo e próspero seja índice não de melhoramento de situação dos trabalhadores, mas sim de sua pobreza e degradação: é a era que chegou a Grã-Bretanha*²³.

E para aqueles que logravam ingressar no mercado de trabalho, a situação de exploração não era melhor, pois a tecnologia naquele momento não veio facilitar a atividade produtiva ou mesmo produzir um efeito de comodidade. Mais bem fez foi torná-la pesada. Estão postas aí muitas condições objetivas e subjetivas de descontentamento. Se as condições de vida nas periferias das cidades eram duras, as condições de trabalho nas fábricas podiam ser consideradas, todavia, mais penosas. Marx comenta que

*A Comuna pretendia abolir essa propriedade de classe que converter [sic] o trabalho de muitos na riqueza de uns poucos. A Comuna aspirava à expropriação dos expropriadores. Queria fazer da propriedade individual uma realidade, transformando os meios de produção, a terra e o capital, que hoje são fundamentalmente meios de escravização e de exploração do trabalho, em simples instrumentos de trabalho livre e associado*²⁴.

Como tem mostrado a literatura sobre movimentos sociais²⁵, tais condições de insatisfação atuam como elementos chave, pois as necessidades prolongadas experimentadas por grupos sociais podem produzir invariavelmente alguma reação social. Podem produzir porque apesar das condições favoráveis a isso, nem sempre existe qualquer tipo de reação, a não ser que se admita como tal a atitude apática que muitas vezes se verifica e já fora apontada por Merton²⁶ como uma possível forma de agir social.

Juntamente com o período das revoluções industriais vividas no século XIX, emergem novas formas de ação coletiva²⁷. E para alguns autores, ações de *massas* ou de *turbas*, ainda que sejam agrupamentos relativamente circunstanciais em parcelas das camadas populares, são frequentemente marcadas pela violência²⁸ e se constroem-se em oposição a governos e/ou políticas do governo. No que toca ao tema da violência Jeffrey Alexander (num modelo clássico de análise de movimentos sociais a questão desconsidera os elementos subjetivos, sendo a violência um subproduto da industrialização:

Principalmente no século XIX e no início do século XX, a violência grupal foi o meio visivelmente mais eficiente de “defender interesses comuns”. O uso da violência depende de que as condições sociais externas

façam-na vantajosa em termos de custos, isto é, que os atores sociais usem a violência para aumentar a utilidade marginal dos seus atos políticos. Assim, examinando “a mudança das condições favoráveis ao protesto violento nas nações ocidentais”, classifica a violência como um subproduto natural da urbanização e da industrialização. Já que a violência é tão rotineira e racional, ele só pode concluir que “a repressão funciona”. Segue-se logicamente que “a imposição de penalidades violentas — dano ou confisco de pessoas ou objetos — à ação coletiva diminui sua frequência e intensidade”²⁹.

Exemplos clássicos de ações desse tipo são os levantes populares ocorridos em 1844 e 1848 ou as passeatas em Chicago que deram origem ao 1º de Maio. Em ambos os casos se pode observar, ainda que por caminhos e formas diversas, o caráter popular dessas ações coletivas e aparentemente espontâneas. Ao analisarmos com maior atenção essas ações coletivas, observamos que no interior dessas manifestações encontram-se também intensas atividades operárias que são, em certa medida, o cume da atividade de organização da classe trabalhadora³⁰. Distintamente do que se costumou pensar nesses tempos (mas que alguns setores da sociedade também seguem pensando nos tempos atuais), a população não se manifestava simplesmente pelo prazer de tumultuar e gerar desordem ou mesmo por seus traços irracionais³¹ ou inconscientes³². Nem mesmo o argumento de que ela traz em si uma necessidade de expressar vagos sentimentos hostís é minimamente sustentável e útil para se compreender os fenômenos coletivos que emergiram na modernidade, pois essas manifestações – ou distúrbios – possuíam sempre um caráter reivindicatório bastante específico e a violência que podia surgir tampouco era dirigida à sociedade indistintamente. Na realidade, o alvo era bastante preciso: as classes mais abastadas e detentoras do poder, como apontou Hobsbawn³³, e tinham um objetivo razoavelmente claro, pois buscavam produzir algum grau de justiça frente às situações de desigualdes crescentes.

As Ciências Sociais, as Psicologias das Massas e a Psicologia Política

115

Quem sabe seja possível pensar que é na esteira do pensamento marxista e conjunturalmente num quadro de grande tensionamento social que emerge o que se poderia chamar de *Psicologias das Massas*, mas também de *Psicologia das Multidões* ou ainda de *Psicologia Coletiva*³⁴. Isto se poderia dizer caso aceitemos a idéia de que no final do século XIX pensadores como Scipio Sighele³⁵, Gabriel Tarde³⁶ e Gustave Le Bon³⁷ produzem suas obras como uma espécie de crítica ao pensamento marxista que desconsideraria os aspectos afetivos em suas análises e proposições sócio-econômicas. Diferentemente de Marx e Engels, esses autores procuraram analisar as diversas formas de atividade coletiva ocorridas no período a partir de uma posição na qual se privilegiaria o primado do psiquismo nas ações de *massas*, *turbas* e *multidões* e não só dos aspectos sócio-econômicos.

Nessas obras se verá a centralidade dada à afetividade e ao inconsciente como elementos capazes de explicar como o ser humano, civilizado e ordeiro, ao se juntar à *massa* ou *multidão* transforma-se num bárbaro, ou mesmo em uma criatura irracional, dominada por instintos ancestrais. Quando se acusa a Le Bon de ser superficial e pouco coerente muitas vezes se perde de vista as conjunturas, os contextos e as situações nas quais ele escreveu. Olvida-se que o autor escreve suas obras após a acachapante derrota francesa para a Alemanha em 1870, o que fere gravemente o espírito francês e que na sequência vive a Comuna de Paris em 1871 que representa mais uma etapa da turbulenta luta entre restauração e revolução no século XIX. Nesse momento, como bem registrou Serge Moscovici,

Para vencer la amenaza, había que encontrar una explicación de los acontecimientos, y quizá más todavía, descubrir la clave que abriera las puertas de la era moderna. Todo el mundo, en Francia, tenía puestos los ojos en el oren social y observaba la inestabilidad del poder. Los intentos de restauración, el restablecimiento del antiguo régimen con su monarquía y su iglesia no habían dado los resultados que se esperaban. Estaban en boga las doctrinas que condenaban las creencias del mundo moderno – las pretensiones de la ciencia, el sufragio universal, el principio supremo de igualdad, etc. – y ponían en la picota a quienes la propagaban. Esto no impedía que los partidos pulularan, que la burguesía se aferrara

a los puestos de mando, y que las ideas revolucionarias se abriera camino. Era preciso pues un remedio draconiano para acabar con ello, una idea audaz que purgara los espíritus. Una idea simple y clara que movilizara las energías. Era preciso proponer una respuesta al socialismo. Demonstrar que la revolución no era inevitable, y que Francia podía encontrar la fuerza de dominar su destino. El programa parecía ambicioso, pero todos conocían la importancia de lo que se ventilaba y tenían conciencia de la necesidad de una solución nueva³⁸.

Assim, as *Psicologias das Massas* surgem como um instrumento a serviço do controle dessas ditas formas irracionais que dominam e desviam a sociedade civilizada de seu rumo e impedem a consolidação do progresso; surge para, em muitos aspectos, controlar as *multidões perigosas* que põem em xeque o poder das elites mais conservadoras. Paradoxalmente, ela também sopra algo de modernidade e abre espaço para outro modo de olhar a realidade e que propiciará a emergência dos movimentos sociais como campo de estudos no qual a subjetividade política será um dos elementos determinantes. Nesse sentido, o comportamento coletivo será compreendido a partir da amalgama do social, econômico e psicológico, sendo esse último um elemento primaz.

Destarte, o comportamento coletivo é a base dessa nova perspectiva de conhecimento e centra a sua atenção em noções como sugestibilidade e contágio social – o que chamariamos hoje de *processos de influência social* – como bem mostra a leitura das obras de Sieghelle³⁹, Gabriel Tarde⁴⁰ e Gustave Le Bon⁴¹. Para esses autores, o contágio e a sugestibilidade constituíam características inerentes às massas e faziam com que os indivíduos se desindividualizassem e se tornassem irracionais, resultando na produção de uma espécie de *mente coletiva* capaz de influenciar e gerar a suspensão das normas gerais socialmente impostas, abrindo, assim, as portas para os instintos destrutivos por elas controlados. Era essa mente coletiva a responsável pela ação violenta e irracional das *multidões* e pela incivilidade do indivíduo quando parte de alguma delas.

Nesse sentido, parecem ser os conceitos de *massa* e *multidão*, e, por conseguinte, as *Psicologias das Massas* e das *Multidões*, resultados, sobretudo, mas não exclusivamente, do contexto sócio-político francês. Nessa época, as distintas revoluções (1789, 1830, 1844, 1870, 1871 e 1877) e distúrbios que assolavam o país levaram a uma parte de sua intelectualidade a buscar explicações para os acontecimentos que alteravam o cotidiano e o desestabilizavam. A perspectiva compreensiva acerca dos processos de influência interpessoal como consequência de certo *hipnotismo* ou *sugestão* ganha força como modelo explicativo como se pode observar no debate travado por Charcot e Berheim.

Parece-nos que, de maneira corrente, vê-se as massas como focos de violência ou mesmo como portadoras de características inatas de violência e subversão da ordem. Isso se nota quando observamos as análises dos acontecimentos do período desses pensadores ou mesmo de escritores como Victor Hugo e Charles Dickens. Portanto, fenômenos de massa são vistos como elementos desestruturantes da vida social pela violência que despertariam nos indivíduos atuando em coletivo. Fenômenos de massa são vistos negativamente pelos intelectuais da época.

Algo que não podemos perder de vista e que entendemos ser essencial, como já apontou Susanna Barraws, refere-se a modo como lemos os textos desses autores: faz-se mister lermos essas obras à luz dos acontecimentos políticos e sociais do último decênio do século XIX. Fazer essa leitura implica na feitura de uma análise contextualizada de suas ideias e ações. Por esse motivo buscamos iniciarmos o presente capítulo com a discussão a respeito dos acontecimentos do século XIX em França, país que joga um papel no mínimo estratégico para não dizermos central naquele então. Mas outros eventos poderiam ter sido abordados aqui e não foram por falta de tempo e espaço. Referimo-nos a acontecimentos ocorridos entre 1889 e 1898. Nesse período ocorreram, como dissemos, as primeiras manifestações do 1º de maio, mas também o terrorismo anarquista, o aumento de greves e de manifestações violentas, o escândalo do Panamá, o assassinato do presidente Carnot e o início do caso Dreyfus. Outro fato importante para a leitura dos manuscritos desses autores é o fato de que a partir de 1895, a Terceira República francesa perde muitos de seus aliados. Isso levou a um incremento de discursos contrários a república instalada que se manifestavam mediante retóricas antiparlamentar e antidemocrática. Detrás delas estavam diversos grupos, desde monarquistas, boulangistas e sindicalistas, passando por elitistas e republicanos descontentes com o andamento da Terceira República.

Para finalizar esse tópico, nos parece importante responder uma pergunta que moveu não só a todos os pensadores que se debruçaram sobre o tema multidões, mas a todos os que viveram o século XIX. Referimo-nos a pergunta *o que são as multidões?* Essa não é uma pergunta retórica. Ela é central, pois trata de um fenômeno que emerge com força no século XIX e que se espalha por toda a Europa, ameaçando a estabilidade social. Há que se dizer, em primeiro lugar, que essa questão mobilizou a toa a sociedade europeia, mas que na França ganhou uma relevância impar em função da emergência de distintas revoluções em períodos curtos, o que fez com que o século XIX fosse marcado pela disputa entre restauração do antigo regime e as revoluções. A aparição das multidões na história não implica na passagem de um regime feudal e aristocrática a uma sociedade democrática, mas sim na passagem de uma sociedade de elite, a qual conserva o poder concentrado em suas mãos, a uma sociedade de massas, que não necessariamente possui quaisquer parcelas efetivo do poder em suas mãos, salvo a possibilidade de exercício de algum poder pelo exercício do voto universal. Mas lembremo-nos que é certo, que é verdadeiro, que todos votam mediante o sufrágio universal, também é certo que apenas alguns governam porque eleitos⁴². Le Bon escreve o seguinte sobre essa assertiva:

Notemos primeiramente que governo popular não quer dizer governo pelo povo, porém pelos que o conduzem. Não são as multidões que formam a opinião; elas a aceitam sem prazer e depois, hipnotizadas, a impõem de uma maneira violenta. Tal é o mecanismo do que se denomina um movimento de opinião. Com efeito, nunca ou quase nunca as multidões determinam tais movimentos.

*A arte de conduzi-las é bastante conhecida pelos grandes agitadores actuaes. É, pois, somente na aparência, repito, que as multidões governam, longe de serem verdadeiramente populares, os governos de hoje representam apenas uma oligarquia de agitadores. Já que elles formam a opinião, cumpre saber qual o seu mecanismo.*⁴³

Frente à emergência das multidões juristas, psicólogos, politólogos, historiadores, livres pensadores de difícil enquadramento epistêmico, literatos e outros buscaram entender o fenômeno. Preocupa-lhes o fato, entre outros, de não se poder enquadrar a alguém pela origem das revoltas, o que dificultava imenso o seu controle.

117

Nesse cenário, as multidões foram entendidas – antes de Le Bon – como formadas por *loucos*, por indivíduos instáveis que seguem hoje a pessoas que admiram e que na sequência podem passar a detestar. As multidões agem como bandos de fãs, ou de torcedores, ou mesmo como fiéis que buscam o extraordinário, que necessitam de aparições ou milagres para sustentar-se e, portanto, vão aonde supuserem que eles estejam. Esses loucos são marcados pela ebridez do espírito que lhes torna absolutamente instáveis, descontrolados e incontroláveis, contagiados por ilusões que compartilham e lhes move a ações nas quais a razão se perdeu, desapareceu. Desprovidos de razão, esses loucos são capazes de realizar verdadeiras atrocidades, cometer atos de bandidagem e violência.

E esse último ponto, a bandidagem e a violência, gera outro modelo explicativo: a multidões são por natureza a-sociais. Quem as constitui são indivíduos naturalmente a-sociais e criminosos, incapazes de viver em uma sociedade com normas porque são desprovidos pela natureza dessa capacidade, o que os faz incapazes de reunirem-se em instituições ou de conviverem em espaços socialmente instituídos. As multidões são o que pior há na sociedade, são a *plebe*, são o *lumpemproletariat*, são a escoria que não trabalha nem qualquer possibilidade de reconhecimento e identidade. Vivem marginalizadas, nas periferias mais empobrecidas e não tem quaisquer possibilidades de viver segundo as leis que dão estabilidade social. São párias que não tem lugar na sociedade e que, por isso mesmo, a odeia, a detesta. As multidões são formadas por elementos socialmente desintegrados, desumanizados, incapazes de viverem sob a égide das leis e, portanto, afeitos a enfrentar quaisquer sinais de ordem e estabilidade na sociedade das leis que vivem os homens que buscam o convívio social.

Por meio do contágio ou da imitação um cidadão normal pode ver-se atraído e subtraído pela multidão, visto que essa exerce um fascínio sobre aqueles que dela se aproximam. Baudelaire “El paseante solitario y meditabundo obtiene una embriaguez de esta universal comunión. Aquel que se identifica fácilmente con la multitud experimenta unos goces febriles de que estarán eternamente privados el egoísta, cerrado como un cofre, y el perezoso, recluso

como um molusco". O delírio da imaginação promovido pela ausência da razão, ainda que momentânea, é o seu motor, sendo a multidão um fenômeno que não poucas vezes recebe o selo de algo patológico e composta pelo populacho, pela canalha da sociedade.

Todavia, a explicação que ganhou um peso incontestável e que trouxe resposta aos desejos, sobretudo, das elites foi a que aponta a multidão como *criminosa*. Nesse modelo explicativo as premissas a loucura e da a-sociabilidade se encontram e se reforçam, pois elas conduzem a percepção do perigo social maior que se materializa na criminalidade e que põe tanto as autoridades em uma situação de impotência frente a coletivos que aparentemente não possuem um líder, que tudo destrói e que atua com aversão a quaisquer ordenamentos legais quanto a sociedade que perde quaisquer possibilidades de progredir em função da desestabilização que as multidões geram.

As multidões criminosas caracterizam-se por serem as responsáveis pela produção da insegurança e por colocar em xeque a segurança do próprio Estado constituído. É nessa esteira que autores como Lombroso apontam a inatez da criminalidade e reforçam a ideia de que é necessário legislar sobre as multidões para que se possam garantir os meios de proteger a sociedade. Se as multidões têm uma natureza criminosa e põem em risco a sociedade e aos indivíduos elas têm que ter previstas sua responsabilidade no direito penal e isso exige a incorporação na legislação de sua natureza delitiva e das penas a que esta deveria estar sujeita. As multidões necessitam ser controladas e submetidas, sobretudo quando elas põem em risco a estabilidade da sociedade. Podem até ser toleradas em ocasiões em que elas não comprometam as bases sociais, mas toda vez que o fizerem necessitam ser submetidas o que não é possível sem mudanças nas legislações e sem a criação de um aparato repressor.

É a criminalidade que permite que multidões ingressem na ordem das questões a serem analisadas pelos cientistas. Mesmo assim, para a maioria dos sociólogos elas tratam de um epifenômeno coletivo que por si mesmo não merece a atenção da ciência porque é parte secundária da dinâmica social. Moscovici aponta que

No es, pues, para el sociólogo ni un fenómeno aparte, ni un fenómeno importante, ni un fenómeno nuevo, simplemente un epifenómeno. No es materia de ciencia. La trata únicamente como una perturbación, consiguiente a una ruptura del funcionamiento normal de las cosas. La sociedad es orden, la multitud representa un desorden, y, en definitiva, un fenómeno colectivo más que social⁴⁴.

A essa compreensão se opõem os psicólogos sociais que veem nelas um fenômeno importante e que necessita da mais intensa atenção da comunidade científica. Lombroso e Sighele, por exemplo, fazem de seus escritos sobre as multidões criminosas são verdadeiros manifestos que pressionam aos políticos a realizarem as alterações legais necessárias à penalização das mesmas e a criação dos aparelhos de repressão destas. Nessa abordagem, a psicologia das multidões surge como uma subárea da antropologia criminal e se sustenta exatamente pela natureza criminosa do fenômeno.

Em 1891 Scipio Sighele, dando continuidade às contribuições de Lombroso escreve *La Folla Delinquente*, obra na qual busca aportar à discussão um sentido técnico ao conceito de multidões criminosas. Para ele, o conceito de multidões criminosas abarca desde grandes grupos de pessoas na rua até movimentos sociais, passando por trabalhadores em greve, grupos políticos, socialistas e anarquistas. Na visão do autor, e de outros como Tarde e Fouillée que compartilhavam de sua leitura, não é possível desvelar a natureza da criminalidade sem dedicar-se a compreensão das multidões.

Le Bon, ao recolher essas teorizações, em particular a dos italianos, abre espaço fundamental às multidões como objeto central das ciências. Não é à toa que chama seu maior *best-seller* de *Psicologia das Multidões*. Para ele, ao formarem parte da multidão tanto um sábio quanto uma pessoa ignorante passam a estarem em um mesmo patamar, o da incapacidade de raciocínio. Isso porque a multidão atrai a todos e a cada um, ela contagia e priva da razão, fusionando aos indivíduos em um espírito único, pondo em relevo sentimentos comuns e afetando claramente as capacidades intelectuais de cada um que nela está fusionado. A multidão não faz distinções intelectuais e absorve a todos por igual independentemente de seus atributos culturais. Ela contagia, ela se apresenta quase como se fosse

o contrário do indivíduo. Para ele, “a alma colectiva difere essencialmente da alma individual. Modos de pensar, moveis de acção, mesmo os interesses, tudo as separa.”⁴⁵

Essa perspectiva coloca a Le Bon em uma posição diametralmente oposta a dos que viam nas multidões um fenômeno com estratos sociais definidos, que a elas atribuíam a condição de a-sociais loucas ou criminosas, uma condição inata e que se refere à desordem, a insegurança social e política. Não mais estariam elas restritas ao populacho, a canalha ou a plebe. Não seriam mais as multidões um problema do *lumpemproletariat*. Agora as multidões, ademais de um problema que sim a ciência deveria enfrentar, passam a ser um problema estruturante da sociedade, pois todos e cada um podem ver-se igualmente afetados, contagiados e, deste modo, irracionalizados. Em Le Bon nem as elites, a aristocracia, a intelectualidade está livre de sofrer seus efeitos e influências. Certamente, ele atribui a elas a face terrível e perigosa, as vê como um perigo que necessita ser contido e suprimido. Mas ele também reconhece a face solidária das multidões, sua generosidade. Em a *Psicologia das Multidões* ele destaca seu lado mais perverso, o recorda na *Psicologia Política e Defesa Social*, mas agrega nessa última obra o que seria a sua dimensão mais nobre.

Na primeira obra ele escreve que as multidões “não têm poder senão para destruir. Seu domínio representa sempre uma fase de desordem”⁴⁶. Já na segunda ele escreve:

*Em confronto com os defeitos das multidões, cumpre não esquecer as suas qualidades. A sua impossibilidade de raciocínio facultalhes o desenvolvimento do altruísmo, qualidade que a razão forçosamente diminui e que constitui uma virtude social muito útil. O indivíduo que raciocina é geralmente egoísta e só dificilmente se resolve a sacrificar a vida por um interesse geral. Sómente as multidões são capazes de abnegações semelhantes*⁴⁷.

Eis um ponto de genialidade de Gustave Le Bon: a percepção de que as multidões não são loucas, violentas, criminosas, pelo fruto de sua natureza apriorística, inata. Elas também são generosas, são heroicas e capazes de rever seus atos; “A História nos ensina que as multidões, muito conservadoras a despeito de seus instintos revolucionários aparentes, têm restabelecido o que tinham destruído”⁴⁸. Ele refuta o que eram as explicações anteriores e, logo no início de sua *Psicologia das Multidões* escreve muito claramente a esse respeito:

*Esto es lo que han desconocido los escritores que no estudiaron las multitudes sino desde un punto de vista criminal. Criminales, las multitudes lo son con frecuencia, indudablemente, pero con frecuencia también son heroicas. Se las conduce fácilmente a hacerse matar por el triunfo de una creencia o de una idea, se las entusiasma por la gloria y por el honor, se las arrastra casi sin pan como durante las cruzadas, para liberar la tumba de un dios, o como en 1793, para defender el suelo de la patria. Heroísmos evidentemente un poco inconsciente, pero con tales heroísmos es con los que se hace la historia*⁴⁹.

Não se pode admitir, portanto, a patologia das multidões. Le Bon não a vê assim, mas como um produto instável e que afeta a todos que fragiliza o intelecto e move o inconsciente em função do fascínio que gera em cada qual a ponto de provocar a assimilação de todos que com ela mantenha contato. Em oposição indivíduo e multidão se enfrentam sem a sobra da loucura, da anomalia e sem o selo indelével da criminalização. Heroísmo e honradez são também possíveis nas multidões do mesmo modo que o crime. E a história não se faz sem a ação de multidões que movem e fazem possível a concretização de ideais, assim com a emergência de nações e impérios. Líderes hábeis, agitadores, podem conduzir e fomentar as qualidades das multidões a seu favor. Mas não tem sido isso que ele percebia. As multidões obrigavam as elites de seu tempo a curvarem-se a adaptarem-se ao governo provisório as multidões que, como vimos, não seriam elas mesmas as que conduzem a si próprias e aos governos ditos populares, mas aqueles que se tornam seus delegados, delegados da coletividade e, de certo modo novas elites, novas aristocracias.

Claro está que a *Psicologia das Multidões* difere a *Psicologia Individual* e que não se trata e uma aplicação da psicologia individual aos fenômenos de multidão. Quem sabe por isso Le Bon tenha rechaçado a ideia de loucura ao propor sua teorização das multidões. Como apontou Moscovici,

cuando observamos a una multitud de cerca y durante largo tiempo, la impresión de histeria se disipa. Comprobamos simplemente que la psicología de los individuos y la psicología de las multitudes no se parecen. Lo que se ve “anormal” para la una es perfectamente “normal” para la otra⁵⁰

Os Encontros Entre as Ciências Sociais e a Emergência da Psicologia Política

Definitivamente, o século XIX foi marcado pela busca da estabilidade social e por diversas tentativas de construir um corpo teórico, capaz de interpretar a convulsionada realidade social daqueles tempos. Exemplos desses esforços podem ser vistos em muitos autores da época, mas aqui destacamos os de Charles Fourier (1772-1832), Alexis de Tocqueville (1805-1859), Hyppolite Adolphe Taine (1828-1893) porque tais autores estavam particularmente preocupados em encontrar razões tanto históricas quanto psicológicas para os fenômenos sociais e políticos que tencionavam seu tempo. Ainda que seus enfoques sejam bastante diferentes, esses autores analisam os processos que regulam a ação coletiva e a ação individual dos sujeitos.

Como destaca Alexandre Dorna, Fourier

(...) representa una fuente de inspiración psicológica de la política. Sus análisis sobre la educación de los niños, el matrimonio, el papel del padre y de las pasiones humanas lo sitúan como uno de los precursores del freudismo social, del utopismo, de la dinámica de grupo y de la psicología social⁵¹.

120 Em Alexis Tocqueville (1805-1859) podemos dizer que há a clara presença de duas vertentes de pensamento que o colocam de maneira distinta no seu tempo. Tocqueville é, por um lado, um moralista e, por outro, um observador político. Em *A Democracia na América* (1840) ele analisa as *paixões* como sendo fonte de energia primordial da vida social, ocupasse da discussão do que poderia ser uma dialética das paixões e dos interesses o que lhe garante um importante vínculo com o passado. Mas sua busca de compreender universalmente e de forjar universais psicológicos que permitam a quem deseje entender uma situação histórica não só faz de Tocqueville um home de seu tempo, mas lhe permita um lugar no tempo vindouro exatamente por não propor um pensamento de base determinista. É nessa obra que encontramos as três instâncias que para ele comandariam a ordem social, a saber: as paixões, os interesses e as normas sociais. Mas como um psicólogo da vida política Tocqueville direciona sua atenção menos aos conflitos de interesse e voltasse mais ao estudo da paixão que se apodera dos homens. Christophe Prochasson lança a seguinte questão à obra de autor:

Distingue-se muito mal, na análise das emoções conduzida por Tocqueville, quem comanda quem. Quem vem primeiro? As paixões humanas estão na origem dos sistemas políticos e sociais? Ou são estes últimos que engendram os estados psicológicos? E, que papeis são atribuídos aos interesses, cujo peso Tocqueville não ignora em sua teoria da ação? A resposta a que ele chega não permanece livre de ambigüidades. Ele defende a ideia de uma relação dinâmica entre as paixões e os sistemas políticos aos quais se associam⁵².

Pode-se dizer que Tocqueville faz em sua obra uma reflexão psicossociológica da democracia e de sua dinâmica a partir do enfoque liberal. O autor supõe a existência de uma correlação entre um regime político, a democracia, e uma gestão particular das emoções, visto que ele associa sentimentos às formas políticas, permitindo pensar que a democracia disponha de um repertório e de um regime emocional próprios diferindo-a quaisquer outras formas políticas.

Quem sabe por esses elementos aqui trazidos com brevidade e sem pretensões de abarcar sua totalidade, é que Alexis Tocqueville seja para intelectuais como John Elster, “o maior pensador político do século XIX”. Para ele, “nele os detalhes são mais interessantes que o todo, os raciocínios mais potentes que as conclusões, os mecanismos

parciais mais inabaláveis que as teorias gerais”⁵³. Ao analisar o processo democrático, o autor detém-se em aspectos psicológicos próprios das interações sociais. Destarte, Tocqueville abordou as emoções como sendo a matéria-prima, o combustível que alimenta a História Política da mesma forma que as ideias e os interesses. Nesse sentido, paixões, na obra de Tocqueville, equivalem a emoções e não a sentimentos como bem destacou Christophe Prochasson:

*Emoção equivaleria no velho sentido da palavra paixão, que designa o conjunto de movimentos afetivos, mais ou menos estáveis, engendrados pelo choque de um estado individual com a análise de uma situação. Isto implica em duas conseqüências importantes: as emoções não resultam de um encaminhamento puramente individual, mas se inscrevem em uma perspectiva social e cultural; elas não se opõem à cognição. Torna-se necessário recordar do caso de Tocqueville. Ao se estudar as emoções, não se busca tomar o homem a nu. Os impulsos ocultos de sua alma estão definitivamente vedados aos historiadores, como também a seus contemporâneos, quaisquer que sejam as pretensões de alguns dentre eles. Em compensação, existem meios para a apreensão e o estudo dos registros da expressão das emoções, como também aquilo a que chamarei de práticas emocionais, que visam a desencadear os usos das emoções*⁵⁴.

Em certa medida é Tocqueville quem abre caminho para a escrita de uma aproximação entre história, política e psicologia como apontaram Elster⁵⁵ e Prochasson⁵⁶. Para Tocqueville, as paixões e as motivações dos indivíduos são elementos importantes para a compreensão das dinâmicas da democracia que não se reduzem a um cálculo racional. O autor busca unir seu pensamento analítico à sua própria experiência, de modo a não limitar sua visão da política à mera racionalização dos interesses. Desta feita, é mediante a interação das paixões, interesses, e normas sociais que Tocqueville fundamenta sua hipótese da existência de uma correlação dinâmica entre cada regime político e as paixões e mais particularmente na democracia.

Para Dorna, “Tocqueville sostiene que los hombres se hacen trampa a si mismos por exceso de cálculos sobre la estrategia de los demás. De hecho, la practica social demuestra que los ideales se alimentan psicológicamente de creencias, valores y emociones”⁵⁷. Como se pode observar no conjunto de sua obra, sua psicologia social está fundada em certos pressupostos em sua experiência da história. O pensamento de Tocqueville está eivado de lembranças e emoções, sobre as quais desdobra sua teorização. Em Tocqueville, as paixões não desempenham, senão muito excepcionalmente, um papel positivo, pois ele as vê como *cegas, surdas, imponderadas* por revelarem a renúncia à vontade. Um exemplo disso pode ser a seguinte citação de Tocqueville em relação à questão da liberdade e da igualdade e como os homens se comportariam frente a uma, ilusionados, sem perceber que ao fazê-lo condenavam-se a perder a outra:

*a paixão pela igualdade penetra, por todos os lados, o coração humano, ali ela se distende, ela o preenche inteiramente. Não há um ponto nos homens que se entregue tão cega e exclusivamente a uma paixão, eles comprometem seus mais caros interesses; ficam surdos. Nem lhes mostrando a liberdade, que lhes escapa pelas mãos, enquanto olham para outro lado; eles ficam cegos, ou antes, não distinguem, em todo o universo, senão apenas um bem digno de desejo*⁵⁸.

Esse trecho nos remete à análise que Tocqueville faz do *sentimento democrático da vontade*. Ali é visível a mescla que o autor faz entre seus *preconceitos de classe* e sua busca por construir uma dada cultura política estruturante de uma sociedade política. É sabido que Tocqueville lança-se como um aríete contra o *gosto depravado* de igualdade, que mina os princípios da liberdade e conduz ao homem à aceitação passiva da servidão. No coração do seu pensamento está, para nós, a busca por entender os elementos de governabilidade da humanidade, mesmo sendo um liberal, Tocqueville

*quase não crê na deliberação, tal como fora sonhada pelos liberais de seu tempo, ansiosos por verem nascer uma política que se limitaria à gestão racional dos interesses de todos, e que seria confiada a homens de razão, indiferentes, ou quase, às emoções da política*⁵⁹.

Tocqueville não era, em definitivo, um simpatizante da igualdade. Pelo contrário. Não esqueçamos que ele era um integrante da nobreza francesa e discípulo de Montesquieu e que valorizava o papel “equilibrador” que a aristocracia deveria desempenhar na sociedade. Mas nem por isso ele ficou fechado a essa ideia. Ele, na verdade, via como inevitável que a ideia de igualdade se impusesse na sociedade que lhe sucederia. O avanço da igualdade era um fato durável, universal, imune à interferência humana⁶⁰.

Taine, em certa medida um continuador de Tocqueville, propõe a construção de uma ponte entre as interpretações psicológicas e sociológicas a partir de uma perspectiva histórica. Seu pensamento relaciona o que se poderia chamar de identidade individual e identidade coletiva⁶¹. O autor dedica-se, em parte de seus estudos, a análise das relações entre identidades individuais e coletivas, sobretudo em sua *História das origens da França Contemporânea*. Para o autor, “a história é, no fundo, um problema psicológico” (1857). É essa compreensão da história que o conduz a busca das causas psicológicas dos fatos sociais. Para isso, o autor dedica-se a estudar os jacobinos, um dos principais grupos políticos da Revolução francesa de 1789, esboçando, a partir da análise do programa revolucionário, um retrato psicológico de seus líderes. E é na esteira das contribuições de Taine que Emile Boutmy, seu discípulo e amigo, introduz, mais tarde, o termo *psicologia política* no título de duas de suas obras.

Vale notar que as obras de Boutmy são escritas, em certa medida, na tradição Wundtiana da Psicologia dos povos⁶², mas com uma clara influência do pensamento de Taine. Suas obras de 1901 e 1902 apresentam as determinações geográficas e hereditárias que marcariam a constituição dos povos anglófonos – ingleses e americanos - elementos que lhes propiciariam homogeneidades e estabilidade no âmbito social, ainda que em seu esquema as mentalidades sejam uma componente mais significativa, visto que seriam elas centrais na história das mediações do caráter nacional e, destarte, da sua psicologia dos povos. A mentalidade ou caráter nacional é a base para que ele construa a ideia de personalidade coletiva com a qual busca compreender as dinâmicas sociais, institucionais e jurídicas de um povo. Emile Boutmy tem em sua trajetória uma relação forte com o mercado, constituindo-se em certa medida, como um liberal que se inspira na forma com que o mundo anglo-saxão se organiza, posicionando-se de modo crítico ao peso do estado no ordenamento social.

Christophe Charle destaca que para Boutmy,

*o anti-estatismo não revela somente uma tática oportunista diante da conjuntura histórica original, mas está no fundamento de sua visão de mundo. (...) Toda a cultura e o ambiente intelectual de Boutmy são anglófilos. (...) seu meio social de origem e suas relações de amizade são formadas de liberais puros partidários da livre empresa, seu grande homem é Tocqueville e seu inspirador e amigo íntimo é Taine, do qual se conhece a admiração pelo modelo inglês de sociedade*⁶³.

Ao discutir a formação da Psicologia Social ao final do século XIX e princípio do XX, Marcia Teresa Consolim aponta que

*Nesse período, a psicologia social se dividiu ideologicamente no que diz respeito ao diagnóstico da crise francesa, o que resulta do modo diferencial como se deu a profissionalização dos psicólogos no campo intelectual. Para os psicólogos do “poder social”, tais como Boutmy e Le Bon, tratava-se de demonstrar que a “mentalidade” individualista, liberal e tradicionalista dos anglo-saxões era mais civilizada ou próspera do que a francesa. Para os psicólogos do “poder pedagógico”, tais como Fouillée e Tarde, era necessário defender a “mentalidade francesa”, ou seja, a cultura, a literatura e a tradição filosófica nacionais contra os ataques dos liberais e dos socialistas. Tarde e Fouillée foram funcionários do Estado e introjetaram ao longo do tempo as categorias de percepção do patriotismo oficial; Le Bon e Boutmy, por sua vez, eram profissionais do mercado e que se construíram com base na iniciativa privada, onde predominava uma espécie de culto ao liberalismo conservador inglês*⁶⁴.

Mas convém lembrarmos aqui que também do outro lado do Canal da Mancha, para onde autores como Boutmy e Le Bon lançavam seus olhares, também foram desenvolvidos alguns embriões da Psicologia Política. Na Inglaterra

destaca-se, em especial, o nome de Graham Wallas. Ele foi um politólogo socialista inglês autor de cinco livros e de numerosos artigos. Foi inicialmente professor de grego e latim e logo se tornou docente na *London School of Economics* e depois na Universidade de Londres. Na *London School* lecionou a Lasswell⁶⁵ a quem outros atribuem a fundação da Psicologia Política. Mas na obra de Wallas, de modo geral marcadamente assistemáticas, publicada em 1908 e intitulada *Human Nature in Politics* podemos observar um forte corte psicopolítico o que a torna uma obra de grande influência para o campo nascente. Isso fica claro no prefácio da obra quando ele expressa sua gratidão a William James, o qual reconhece como “quien me dió, hace muchos años, el deseo consciente para pensar psicológicamente acerca de mi trabajo como político y professor”⁶⁶. Stone considera Graham Wallas como sendo o fundador da moderna Psicologia Política⁶⁷. Para Stone, a obra *A natureza humana da política* (1908) seria o marco inaugural, o qual seria reforçado anos mais tarde em *The Great Society: a psychological analysis*.

Contrário ao intelectualismo que dominava a Teoria Política daquele então, Wallas exerce em suas obras uma crítica a essa postura hegemônica, pois como um democrata convicto, entendia que a teoria política e a Ciência Política necessitavam de estabelecer uma relação mais intensa com a psicologia, assim como o fizeram a pedagogia e criminologia, visto que não seria possível entender a natureza humana, e, por conseguinte, ao homem político, sem esse apoio. A compreensão do desejo era um elemento estratégico para ele no estudo da conduta e do comportamento política, pois para Wallas estas não estariam governadas por inferências intelectuais baseadas em cálculos meios/fins.

Essa racionalidade matemática na política não seria suficiente para entender a ação humana nesse campo porque também era necessária a compreensão dos impulsos humanos. Nesse quadro, era preciso ter presente, por exemplo, o papel que poderiam ter impulsos como o medo e desejo de propriedade que se manifestam nos homens. Aparentemente a contribuição da psicologia para a ciência política estava em, entre outras coisas, ajudar a entender os elementos patológicos da ação coletiva. Para ele, quando as emoções são vivenciadas simultaneamente por um grupo numeroso de indivíduos fisicamente próximos, pode sobrevir um estado de coisas patologicamente perigoso.

Nessa esteira, importa recordarmos que no final do século XIX, a teoria positivista domina a universidade francesa e as correntes de pensamento de caráter subjetivista se concentram na filosofia e na psicologia metafísica. Tais espaços atuam como verdadeiros refúgios, visto que o positivismo de Comte não reconhece a psicologia como uma disciplina que possua os atributos necessários para que se a considere científica. Disso decorreria sua necessária diluição na fisiologia e na sociologia. Essa questão fez com que, como bem apontou Dorna “os primeiros promotores da psicologia política se encontrassem em meio a uma encruzilhada epistemológica, e diante de um dilema metodológico, sob a pressão das instituições acadêmicas”⁶⁸, controladas, sobretudo, pelas correntes da sociologia durkheimianas.

A psicologia política nascente vive a intensa polêmica travada entre Gabriel Tarde e Emile Durkheim e que ilustra as dificuldades de diálogo entre psicologia social e sociologia. Tal disputa política da economia científica travada entre esses pensadores trouxe consequências graves para desenvolvimento da/o disciplina/campo e ajuda a entendermos porque ela ficou relegada a um segundo plano no âmbito universitário. A discórdia de Tarde e Durkheim referia-se ao controle ciência social nascente e a suposta necessidade de enquadrá-la nas exigências epistemológicas próprias das ciências experimentais. Esse quadro de disputa fez com que Trade não pusesse desenvolver mais explicitamente sua Psicologia Política.

Assim, seriam as Ciências Sociais Psicossociologia ou Sociologia? A esse respeito disse Dorna:

A confrontação entre estes dois fundadores constitui um episódio histórico ainda vigente. O peso de Durkheim dentro do sistema universitário de sua época, fez com que a possibilidade de criar uma psicologia social independente da sociologia e da psicologia fora relegada até as calendas gregas. Fazer desta polêmica um fato epistemológico maior é um erro, porém ignorá-lo é escolher uma leitura oficial simplificadora, que apaga os elementos que conduzem ainda hoje a debilitar as bases de enfoque psicossociológico dos fatos políticos⁶⁹.

Como se lê, Durkheim comandava a banda majoritária da sociologia positivista e recuzava a possibilidade de quaisquer interpretações psicológicas dos fatos sociais⁷⁰, pois há o acolhimento radical ao princípio do determinismo

social. Para Durkheim, a predisposição psicopatológica pode ser uma causa da desarmonia social, mas a chave estaria no grau de integração do indivíduo na sociedade ou na ruptura dos laços que unem os indivíduos ao grupo.

Como Tarde estava preocupado em criar um espaço de saber entre a psicologia e a sociologia ao propor a psicologia social como uma disciplina autônoma, acabou por marcar um ponto de colisão com o grupo de Durkheim que controlava a academia francesa. Para Márcia Consolim, “a expressão “psicologia social” foi forjada pelo grupo ligado a Tarde no contexto da luta contra a teoria social de Durkheim, o que significa que seu sentido deve ser buscado nas relações entre as várias posições em disputa no campo das ciências sociais.”⁷¹

Mas não só no campo sociológico ele encontrou resistências. Sua proposição foi fortemente criticada pelos representantes também na psicologia. Tarde propõe algo que se interpõem entre esses dois campos que buscam diferenciar-se e consolidar-se via a negação de pressupostos epistêmicos que dão sustentação a cada campo, o que o coloca sob a mira de dois campos em guerra. Essa economia política da ciência o levou a trilhar um caminho científico a margem da ciência oficial. Curiosamente, ainda hoje aqueles que, como Tarde defendem a autonomia da Psicologia Social enquanto disciplina, sofrem uma forte resistência advinda desses dois campos.

Desta feita, o caminho teórico de Tarde o levou a propor o homem como um animal psicológico, que estabelece vínculos de intersubjetividade, dos quais a consciência emergiria. Isso o faz divergir da corrente durkheimiana que entendia ao homem como um organismo habitado por uma consciência colectiva⁷². O pensamento tardeano contempla a ideia de que sem o indivíduo não há sociedade, o que abre uma perspectiva relacional entre estes elementos, pois a sociabilidade decorreria de um processo de imitação. Ainda assim, para ele a fonte do social se encontra na esfera individual e não na sociedade, o que o coloca diametralmente oposto ao pensamento de Durkheim. Para este último, a sociedade é um conjunto de indivíduos que pensa e age diferentemente aos sujeitos que a compõem, sendo ela possuidora de uma consciência colectiva organizada moralmente, idealmente, por meio de bases religiosas e institucionais.

Desta disputa histórica vencida por Durkheim, bem como do fracasso estratégico de Gabriel Tarde (paradoxalmente um grande estratega, construidor de redes sociais) resultou o fato de que na França a psicologia social teve dificuldades de abrir espaços no âmbito acadêmico, desenvolvendo-se muito mais no *extramurus* da universidade. Mas convém anotarmos aqui que o imenso êxito editorial do livro *Psicología das multidões*, de Gustave Le Bon acentuou ainda mais a distância entre a universidade e aqueles que estivessem interessados em aproximar psicologia e política. Mas não se trata apenas de um êxito editorial. Há que se dizer que Le Bon foi um dos intelectuais que, paradoxalmente, mais influenciou as ciências sociais no século XX, mas que ao mesmo tempo foi renegado. A esse respeito, compartilhamos da seguinte leitura de Serge Moscovici:

La Psicología de las Multitudes fue creada por Le Bon; esto todo mundo lo sabe. Pero existe un enigma Le Bon. Las obras publicadas en francés de hace cincuenta años no mencionan jamás su extraordinaria influencia sobre las ciencias de la sociedad, en tanto que reservan un lugar excesivo a sabios menores y escuelas de pensamiento tan amplias como indeterminadas. ¿Cómo es posible ignorar a un hombre que se cuenta entre los diez o quince cuyas ideas, desde el punto de vista de las ciencias sociales, han ejercido una acción decisiva sobre el siglo XX? Hablemos con franqueza: excepto Sorel, y sin duda Tocqueville, ningún sabio francés ha tenido una influencia igual a la de Le Bon. Ninguno ha escrito libros de una repercusión análoga⁷³.

Não é nossa pretensão resolver o *enigma Le Bon*, mas, certamente, é nossa intenção reconhecer seu protagonismo e suas contribuições para o campo psicopolítico a despeito de todas as contradições que seu nome possa encerrar e de todas as paixões que sua menção possa despertar. Não pretendemos aqui figurar entre os que minimamente se utilizam de uma suposta memória seletiva para recordar-se de Le Bon apenas quando desejam distanciar-se de suas ideias e proposições. Infelizmente, também estamos de acordo com Moscovici no tocante ao uso desavergonhado das teses lebonianas sem a dignidade de citá-lo. Bem nos lembra esse autor, que Le Bon figurou entre os grandes nomes que influenciaram o pensamento ocidental. Desde Georges Sorel, Sigmund Freud e Carl Jung a Antonio Gramsci, Robert Michels e Robert Park passando por políticos como Theodore Roosevelt. Serge Moscovici recorda-nos que

una de las tendencias de este siglo puede definirse como “impregnada por la biología darwiniana y por la estética wagneriana, por el racismo de Gobineau y por la psicología de Le Bon, por los anatemas de Baudelaire, por las negras profecías de Nietzsche y de Dostoievski, y, mas tarde, por la Filosofía de Bergson y el psicoanálisis de Freud”⁷⁴.

Mas o que deseja é chamar a atenção ao silêncio a que a mente e o pensamento de Le Bon ficaram condenados. Como disse Moscovici

Nos guste o no el [nombre] de Le Bon se encuentra entre ellos. Tal hecho disse mucho más que todos los testimonios que podría agregar sobre la importancia excepcional de la obra, sobre su repercusión mayor. Se explica tanto menos cuanto que hace figura de pariente pobre de la grand familia de los psicólogos y de los sociólogos. Todo el mundo lo ha leído, pero nadie confiesa haberlo leído. Por el contrario, todos lo niegan, y utilizan sus escritos sin la menor vergüenza, de la misma manera que los herederos del primo Pons destrozaban y dispersaban sus colecciones para sacar dinero de ellas. Si hubiera sido preciso demostrarlo, poner a disposición del lector todos los documentos de que he tenido noticia, no habría bastado un volumen entero”⁷⁵.

Pontuações nada finais...

O estudo da história da constituição do campo científico da Psicologia Política é ainda bastante incipiente e são muito sintéticos os poucos estudos que encontramos e que se encontram na forma de capítulos de obras. Nesse sentido, há que se realizar um verdadeiro trabalho de arqueologia desse campo de saber.

Como apontou Dorna⁷⁶, a Psicologia Política converteu-se em um “paradigma perdido”, invisibilizado devido à lógica da economia da ciência como propôs Bourdieu⁷⁷. Entretanto, ele que passa a ser reabilitado a partir da institucionalização do campo a partir de dos anos 1960 quando se inicia a oferta de disciplinas nas universidades – o que mereceria um estudo particular – e do surgimento de grupos de pesquisa no campo psicopolítico.

Parece-nos muito claro o fato de que a Psicologia Política emerge a partir das crises vividas ao final do século XIX sendo um tipo de saber que, como já apontou Le Bon “participa da incerteza das ciencias sociaes”⁷⁸. Ao dizer isso, o autor caminhou na contramão das ciências sociais emergentes que buscavam, leis sociais, estabilidade e harmonia social. Há um claro apelo interdisciplinar em sua obra *Psychologia Política*, bem como um espírito de praticidade do saber.

Nossa posição a esse respeito é divergente, pois, como vimos, a Psicologia Política surge a partir das reflexões de autores advindos de diversas áreas, e não somente da Psicologia. Mas não só. Os autores do século XIX, ao escreverem sobre Psicologia Política, o fazem sempre a partir de um olhar que, minimamente, é composto pelo que se poderia chamar de *encontros disciplinares*, e que resulta num modo de posicionar-se que não pode ser reduzido a uma perspectiva disciplinar, e nem mesmo à perspectiva de uma disciplina que é auxiliar de outras. Não entendemos a Psicologia Política como uma disciplina, mas como um *campo interdisciplinar dinâmico*, que se consolida e transforma mediante encontros. Nesse sentido, a Psicologia Política não necessitaria, a princípio, de teorias e métodos próprios, essencialmente seus. O que ela necessita, a nosso juízo, é ter a clareza de que ela se constitui desde uma posição hermenêutica particular, de um olhar específico sobre os fenômenos coletivos e políticos.

Ainda que pouco conhecida a Psicologia Política possui raízes, à primeira vista, nos fenômenos que dão origem as ciências sociais do século XIX. Foram esses eventos e os autores que escreveram naquela Europa que foram nosso objeto. Contudo, ao estudá-los ficou patente o fato de que suas raízes são mais profundas, ancestrais. Le Bon nos faz recordar a Maquiavel e sua obra o Príncipe, a quem reconhecia como sendo portador de um “intimo conhecimento das mentalidades dos indivíduos e dos povos”⁷⁹. Mais hodiernamente, Alexandre Dorna⁸⁰ e Antônio Gomes Penna realizam estudos que reconhecem antecedentes que remetem a Sócrates, Platão e Aristóteles.

Essa diversidade de origens e fontes exigem da comunidade científica reunida em torno do campo da psicologia política um trabalho mais acurado para que ela própria possa florescer. Reflexões sobre a natureza do campo são mais abundantes⁸¹. Agora resta ampliar os esforços para que se investigue sistematicamente sua história científica.

Notas e referências bibliográficas

Alessandro Soares da Silva é Professor Associado (livre docente) da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.
E-mail: alepsipol1@gmail.com.

- 1 SABUCEDO, José Manuel Cameselle. *Psicologia Política*. Marid: Sintesy, 1996, p. 29.
- 2 Idem, p. 31.
- 3 HOBBSAWM, Eric J. *A Era do Capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982b; HOBBSAWM, Eric J. *A Era das Revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982a; RUDÉ, George. *A Multidão na História: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730-1848*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1991.
- 4 ENGELS, Friederich. *Princípios do Comunismo*. 1847.
- 5 HOBBSAWM, op. cit., 1982ab.
- 6 A questão da marginalidade infantil era uma preocupação constante dos defensores do capitalismo. Um exemplo significativo é o de uma comissão parlamentar na Inglaterra, formada entre 1816 e 1818, na qual se registrou o seguinte: “é muito fácil acusar essas crianças pobres e atribuir sua má conduta a uma propensão inata ao vício; mas a questão principal é saber se qualquer ser humano, nas circunstâncias em que muitas delas se encontram, pode razoavelmente proceder de outra maneira. GUIMARÃES, Alberto Passos. *As Classes Perigosas. Banditismo rural*. Rio de Janeiro: Graal, 1981, p. 30-31.
- 7 CHEVALIER, Louis. *Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris pendant la première moitié du XIXe siècle*, Paris: Plon, 1958.
- 8 MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 748, v. 2.
- 9 MOORE JR, Barrington. *Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- 10 GUIMARÃES, Alberto Passos. *As Classes Perigosas. Banditismo rural*. Rio de Janeiro: Graal, 1981; HOBBSAWM, op. cit., 1982ab.
- 11 SENNET, Richard. *O Declínio do Homem Público - as tiranias da intimidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1993, p. 163-164.
- 12 MERTON, Robert. *Social Theory and Social Structure*. New York: Free Press, 1957.
- 13 LEFREBVE, Henri. *Psicologia das Classes Sociais. GEOUSP - Espaço e Tempo*, n. 17, 2005, p. 36.
- 14 Ao final do século XVII, particularmente na Inglaterra, surge a idéia de que as instituições políticas e sociais só se justificam na medida em que protegem os interesses dos indivíduos e garantem seus direitos. Já no século XVIII, as idéias políticas são dominadas pelo crescimento da Burguesia na Europa Ocidental. A partir das idéias fundamentais de John Locke (1632-1704) aparecem as primeiras variantes do liberalismo, sendo exemplos o liberalismo aristocrático com Montequieu (1689-1755) e Vico (1668-1744); o utilitarismo francês com Diderot (1713-1784) e os Enciclopedistas; o utilitarismo inglês com David Hume (1711-1776) e Bentham (1748-1832); o liberalismo econômico com Adam Smith (1732-1790); o liberalismo moral de Immanuel Kant (1724-1804) e o liberalismo político cuja representação destacamos Stuart-Mill (1806-1873).
- 15 Note-se que o termo *Utopia* foi utilizado pelo materialismo histórico com uma conotação negativa, pelo fato de Marx entender que tais idéias não propiciavam condições reais de se instaurar a revolução. Contudo, outros autores assinalam o caráter positivo de idéias utópicas por entenderem que elas criticam um sistema e propõem mudanças. Esse é o caso de, por exemplo, Manheim (1929).
- 16 O pensamento socialista origina-se na França, das idéias da Revolução Francesa. Saint-Simon (1760-1825) é um dos primeiros a elaborar uma crítica rigorosa da ordem estabelecida na economia liberal. Segundo ele, ela trazia danos *morais* e *físicos* às classes mais pobres e sua doutrina atribui papel de destaque à produção e à “*classe industrial*”, incluído aí os produtores rurais. Charles Fourier (1772-1837), por sua vez, entende que no capitalismo “*Tudo é vicioso no sistema industrial; não passa dum mundo ao contrário*” e aos comerciantes chama de parasitas. Fourier desconfia profundamente das transformações econômicas que estão se produzindo enquanto os Saint-simonistas insistiam na necessidade de desenvolver mais a produção. Proudhon (1809-1865), o último dos socialistas utópicos, considerava que a solução do problema social não dependia da política, mas da economia política e o repúdio dos autoritarismos seria uma característica marcante do autor. Esta recusa de qualquer autoritarismo o levaria a abandonar também as idéias de Marx em 1846. Mas pontuado isso, há que se dizer que existe quem proponha um socialismo inglês (Owen, 1771-1858; Gracus Babeuf, 1758-1797).
- 17 E esse parece o caso verificado durante as grandes crises econômicas como as de 1929 ou a atual crise iniciada em 2008.
- 18 MARX, op. cit., 1989, p. 881.
- 19 MARX, Karl. *Economic and Philosophical Manuscripts*. Nova York: Foreign Languages Publishing House, 1963, p. 160.
- 20 ALEXANDER, Jeffrey. C. Ação Coletiva, Cultura e Sociedade Civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, jun., v. 13, n. 37, p. 5-31. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000200001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 16 dez. 2003.
- 21 Um fenômeno que se verifica e atua como elemento difusor das diversas formas de compreender e atuar frente aos fenômenos que verifica nesse momento é a migração. Os movimentos migratórios que se verificam no interior da Europa e, sobretudo, rumo ao novo mundo possibilita que formas de pensar e se organizar se difunda como é o caso, do pensamento anarquista, difundido pelos imigrantes italianos em países como Brasil, Argentina e EUA. O mesmo se verifica em relação ao pensamento marxista e com outras correntes teóricas em vogue na época como a leitura de as instituições burguesas, que garantiam apenas a perpetuação da riqueza e dos privilégios das classes dominantes da realidade social.

- 22 MARX, Karl. *Cartas a Kugelmann*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1975, p. 210.
- 23 GASKELL, 1836, apud HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. 21ª edição, revista. Rio de Janeiro: LTC, 1986, p. 162.
- 24 MARX, op. cit., 1977, p. 203.
- 25 SANDOVAL, Salvador A. M. Consideração sobre Aspectos Micro-Sociais na Análise dos Movimentos Sociais. *Psicologia & Sociedade*, n. 7, set., 1989, p. 61-73; SANDOVAL, Salvador A. M. (2001). The Crisis of the Brazilian Labor Movement and the Emergence of Alternative Forms of Working-Class Contention in the 1990s. *Psicologia Política*, n., 1, v. 1, 2001, p. 173-195; SABUCEDO, José Manuel Cameselle. *Psicologia Política*. Marid: Sintesis, 1996; VILAS, Xiana; SABUCEDO, José Mauel. Novos elementos na psicología política dos movimentos sociais: a obriga moral e o contexto. *Psicologia Política*, n. 13, v. 28, 2013, 437-452. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2013000300003&lng=es&tlng=es>. Acesso em: 29 fev. 2006; LARAÑA, Enrique. *La Construcción de los Movimientos Sociales*. Madri: Alianza, 1999; SILVA, Alessandro S. Consciência e Participação Política: uma abordagem psicopolítica. *Interações estud. pesqui. Psicol*, v. 6, n. 12, p. 69-90, jul.-dez., 2001. SILVA, Alessandro S. Los Sentimientos de Injusticia y la Voluntad de Actuar Colectivamente en la Construcción de la Conciencia Política de Trabajadores (as) Rurales Sin Tierra. *Resonancias*, v. 2, n. 1, 2005, p. 153-167; SILVA, Alessandro S. (2008). *Luta, Resistência e Cidadania: Uma análise psicopolítica dos Movimentos e Paradados do Orgulho LGBT*. 1ª ed. Curitiba: Juruá, 2008; SILVA, Alessandro S. Contribuições dos Movimentos Sociais para a Desprivatização da Ética na Perspectiva da Psicologia Política. In: SARTI, Flavia M.; SANTOS, Gislene Ap. dos. (org.) *Ética, Pesquisa e Políticas Públicas*. São Paulo: Rubio, 2009; TILLY, Charles; Wood, Lesley J. *Los Movimientos Sociales, 1768-2008. Desde sus orígenes a Facebook*. 2ª ed. Barcelona: Editora Crítica, 2010.
- 26 MERTON, op. cit., 1957.
- 27 Hobsbawm lembra que formas primitivas de protesto frente a situações opressivas eram mais comumente encontradas no período anterior ou em outras partes do globo onde a revolução ainda não havia chegado. Entre essas formas destacamos o *banditismo social* e os *levantes milenaristas*. Contudo, há autores que dividam as ações ocorridas no século XIX, sendo as formas primitivas mais correntes no período pré-industrial (1730-1840) e as greves e manifestações públicas organizadas mais frequentes no período industrial propriamente dito (a partir de 1840). Há que se marcar, porém, que ambas convivem de modo geral em toda a história moderna e contemporânea.
- 28 Ao final do século XVIII, quando a industrialização começa a se consolidar e o capitalismo nos países industrializados já demonstra elevados graus de desigualdade social e econômica, registram-se as primeiras tentativas de organização da classe trabalhadora e a violência com que eram tratadas suas ações, mesmo quando pacíficas como a de 1794 realizada pela *Sociedade Londrina de Correspondência* pelo direito de participar da escolha do parlamento (TILLY, op. cit., 2010). Considere-se também que somente no prefácio volume III de *O capital* Engels admitiu a possibilidade de que lutas revolucionárias pudessem evitar a violência militar das barricadas e que a força e o poder tinham sido fatores centrais no marxismo original do pensamento revolucionário do século XIX.
- 29 TILLY, Charles, TILLY, Louise, & TILLY, Richard. *The rebellious century, 1830-1930*. Cambridge, Harvard University Press, p. 1975, p. 10.
- 30 Apenas a partir de 1830 que os operários passam a reconhecer em seus objetivos e ações seu caráter político e mesmo revolucionário. Isso se deu inicialmente por influência das ideias socialistas e posteriormente da doutrina marxista. Sob a égide dessa nova doutrina trabalhadores começam a vislumbrar que suas atividades de protesto tinham um objetivo eminentemente político: a tomada do poder. Um exemplo desse processo de tomada de consciência política pode ser visto na Revolução de 1848 na França.
- 31 LE BON, Gustavo. *Psychologia das Multidões*. Rio de Janeiro: Garnier, 1922.
- 32 FREUD, Sigmund. *Psicologia de Grupo e Análise do Ego*. Rio de Janeiro: Imago, 1921, v. 18.
- 33 HOBBSBAWN, op. cit., 1978.
- 34 Pessoalmente entendemos que essas psicologias não se ocupam exatamente dos mesmos fenômenos, mas certamente possuem inúmeros momentos de encontros, o que geralmente conduz a uma tendência, a nosso ver errônea, de homogeneização sob o nome de Psicologia das Massas ou mesmo como Psicologia Social. Se pensarmos mais cuidadosamente esse processo, veremos que essas psicologias não guardam semelhanças apenas entre si, mas também com as demais ciências sociais nascentes como é o caso da Sociologia e das Ciências Políticas.
- 35 Scipio Sighele (1868-1913), criminalista italiano discípulo de Enrico Ferri, foi um dos primeiros a propor uma *Psicologia das Massas*. O autor foi professor de Direito por um longo período na Universidade Livre de Bruxelas.
- 36 Gabriel Tarde (1834-1904), sociólogo e criminalista francês.
- 37 Gustave Le Bon (1841-1831), médico francês nascido em Nogent-le-Rotou na Normandia e falecido em Paris.
- 38 MOSCOVICI, Serge. *La Era de las Multitudes: un tratado histórico de psicología de las massas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996, p. 73
- 39 SIGHELE, Scipio. *La Foule Criminelle*. Paris: Ed. Alcan, 1901.
- 40 TARDE, Gabriel. Les crimes des foules. *Les Archives d'Anthropologie Criminelle*. S.l.: 1892, p. 353-386.
- 41 LE BON, Gustavo. *Psychologia das Multidões*. Rio de Janeiro: Garnier, 1922.
- 42 Luis Felipe Miguel (2002), como muitos outros autores, aponta que o "Mais importante, porém, é o fato de que, em nenhum dos regimes hoje considerados democráticos, o povo realmente governa. As decisões políticas são tomadas por uma minoria, via de regra mais rica e mais instruída do que os cidadãos comuns, e com forte tendência à hereditariedade. Mais importante, porém, é o fato de que, em nenhum dos regimes hoje considerados democráticos, o povo realmente governa. As decisões políticas são tomadas por uma minoria, via de regra mais rica e mais instruída do que os cidadãos comuns, e com forte tendência à hereditariedade." (p. 484).
- 43 LE BON, Gustavo. *Psychologia Política e a Defesa Social*. Rio de Janeiro: Garnier, 1921, p. 152-153.
- 44 MOSCOVICI, Serge. *La Era de las Multitudes: un tratado histórico de psicología de las massas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996, p. 98.
- 45 LE BON, op. cit., 1921, p. 154.
- 46 LE BON, op. cit., 1922, p. 20.
- 47 LE BON, op. cit., 1921, p. 159.
- 48 Idem, p. 149.
- 49 LE BON, op. cit., 1922, p. 15.

- 50 MOSCOVICI, op. cit., 1996, p. 105.
- 51 DORNA, Alejandro. Presencia y Realidad de la Psicología Política Francesa. *Psicología Política*, n. 16, 1998a, p. 52.
- 52 PROCHASSON, Cristophe. Emoções e Política: primeiras aproximações. *Varia Historia*, n. 21, v. 34, 2005, p. 316.
- 53 ELSTER, Jon. *Psychologie politique*. Paris: Éditions de Minuit, 1990, p. 101.
- 54 PROCHASSON, op. cit., 2005, p. 312.
- 55 ELSTER, op. cit., p. 1990.
- 56 PROCHASSON, op. cit., 2005
- 57 DORNA, Alejandro. Presencia y Realidad de la Psicología Política Francesa. *Psicología Política*, n. 16, p. 49-73, 1998a.
- 58 DORNA, op. cit., 1998a.
- 59 PROCHASSON, op. cit., 2005, p. 315.
- 60 TOCQUEVILLE, Alexis de. *De la Démocratie en Amérique*. Paris: Gallimard, 1992, p. 6.
- 61 BARRACHO, Carlos. *Psicologia Política*. Lisboa: Escolar Editora, 2011, p. 103.
- 62 Nesse período, no qual as Ciências Sociais buscam emergir e consolidarem-se, as produções de psicologia social e de psicologia política muitas vezes se misturam ou se confundem. Por esse motivo autores como Consolim (2007:133) entendem que a psicologia política é um gênero da psicologia social, o que se vê refletido em muitos autores como é o caso de Andrea Devoto (1960:7). Contudo, nossa percepção se coaduna com a de Sabucedo, ou seja, a psicologia social é uma das disciplinas que contribui para a emergência da psicologia política, mas não é ela e nem a contém. Nesse sentido, a obra de Boutmy pode inscrever-se em uma tradição Wundtiana, sem com isso aprisionar-se na tradição da psicologia social. O mesmo poder-se-ia dizer sobre autores como Tarde, Mosca, Pareto e Fouillée. Alfred Fouillée autor de *Psychologie du peuple français* (1898) preocupou-se em sua obra em defender a imagem francesa de interpretações de povos inferiores ou mesmo de autores como Boutmy e Le Bon que identificavam-se mais com as posturas anglófonas. Mas ainda assim, ele, como Boutmy e Le Bon, celebra a importância social das elites quando escreve que “Il y a une élite naturelle qui, mieux que tout le reste, représente l’âme d’un peuple entier, sa pensée la plus profonde et sa volonté la plus essentielle” (p.12).
- 63 CHARLE, Christophe. *La République des Universitaires*. Paris: Seuil, 1994, p. 442.
- 64 CONSOLIM, Márcia C. *Crítica da Razão Acadêmica: o campo das ciências sociais livres e a psicologia social francesa no fim do século XIX*. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 130-131.
- 65 Nos Estado Unidos da América, costuma-se identificar a Lasswell, autor de *Psychopathology and Politics* (1930), como o fundador da disciplina, mesmo sendo sua obra muito posterior a de autores como Boutmy, Wallas e Le Bon. Ángel Rodríguez Kauth, por sua vez, vê em Willem Reich o verdadeiro fundador da psicologia política. Fato é que determinar uma figura emblemática, que detenha essa posição é algo difícil e que, na verdade, não se faz tão relevante do ponto de vista prático.
- 66 WALLAS, Graham. (1908). *Human Nature in Politics*. Nova York: A.A. Knopf, 1908.
- 67 STONE, William. Political Psychology. A Whig History. In: Samuel L. Long. (ed.) *The Handbook of Political Behavior*. Nova York: Plenum Press, 1981, p. 10.
- 68 DORNA, op. cit., 1998a, p. 52.
- 69 Idem, p. 53.
- 70 Vale notar que, posteriormente, o autor incorpora aspectos psicológicos em sua obra como ocorre no livro *suicídio* (1897) o que traz reflexos para o seu modelo sociológico.
- 71 CONSOLIM, op. cit, 2007, p. 154.
- 72 Para Tarde, um indivíduo propõe uma ideia ou produz uma ação. Estas são recolhidas por outro indivíduo, que se inspira nelas para pensar e comportar-se. Nesse processo, este indivíduo passa a transmitir a outros indivíduos dando sequência a esta cadeia imitativa.
- 73 MOSCOVICI, Serge. *La Era de las Multitudes: un tratado histórico de psicología de las masas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996, p. 71.
- 74 STERNHELL, Zeev APUD MOSCOVICI, op. cit., 1996, p. 82.
- 75 MOSCOVICI, op. cit., 1996, p. 82
- 76 DORNA, Alexandre. La Re-habilitation d’un Paradigme Perdu: la psychologie politique. *Psicología Política*, v. 4, n. 8, p. 139-158, 2004.
- 77 BOURDIEU, Pierre. O Campo Científico. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- 78 LE BON, op. cit., 1921, p. 4.
- 79 Idem, p. 7.
- 80 DORNA, Alexandre. *Fondements de la Psychologie Politique*. Paris: PUF, 1998b.
- 81 MONTERO, Maritza; DORNA, Alejandro. La Psicología Política: una disciplina en la encrucijada. *Revista Latinoamericana de Psicología*, v. 25, n. 1, p. 7-15, p. 1993; MARTÍN-BARÓ, Ignacio Hacia. Uma psicologia política latino-americana. *Psicología Política*, v. 13, n. 28, p. 555-573, 2013; SABUCEDO, José Manuel Cameselle. La Construcción Social de la Psicología Política. *Suma Psicológica*, v. 7, n. 1, p. 1-14, mar. 2000; PARÍS, Elio Rodolfo. (2007). Definiendo a la Psicología Política. In: _____. (comp.). *La Psicología Política y Otros Temas de Psicología*. Buenos Aires: Ediciones Cooperativa, 2007, p. 11-34; SILVA, Alessandro S. A Psicologia Política no Brasil: lembranças e percursos sobre a constituição de um campo interdisciplinar. *Psicologia Política*, n. 12, v. 25, p. 409-425, 2012b.

[Artigo recebido em Agosto de 2016. Aceito para publicação em Janeiro de 2017.]